

Maciel diz que Centrão mudou quadro político

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), reconheceu ontem que o Centrão modificou o quadro político e hoje pode ser considerado como mais provável a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Maciel, porém, continuará lutando pela redução para quatro anos, que, a seu ver, é a vontade da grande maioria do povo.

O voto de protesto, dado ao mosquito em Vila Velha, ultrapassando o de qualquer candidato, é, segundo Maciel, uma prova clara do inconformismo do povo e de que nunca o prestígio dos políticos esteve tão em baixa quanto agora. E cedo, ainda, para prever se isso se repetirá nas próximas eleições.

uma coligação das forças de centro. A pulverização, com o lançamento de vários candidatos, será perigosa porque haverá o risco de nenhum candidato do centro atingir o 2º escrutínio. O PFL pretende fazer uma composição em torno da vice-presidência com candidato de outro partido que tenha os mesmos ideais.

INSTITUIÇÕES

A executiva do PFL reuni-se hoje, pela manhã, para análise do quadro institucional e definição do partido diante das propostas apresentadas na Constituinte. Para Maciel, o debate desses temas institucionais não pode ser esgotar na opção parlamentarista versus presidencialismo. As recomendações da executiva do PFL objetivarão um ajustamento entre forma de Estado e de governo com o sistema representativo.

Serão debatidos, também, o estudo da realidade econômica, feito pelo professor Marcos Cintra, e o pacote fiscal do governo. Cintra enfatiza a necessidade da desestatização da economia, a reformulação tributária e a execução de reformas sociais. Em relação ao pacote fiscal, o PFL frisará que não aceita a elevação da carga tributária do assalariado, exigirá medidas concretas para redução do déficit público e advertirá sobre as consequências da extinção dos incentivos fiscais para as regiões menos desenvolvidas.

AURELIANO

Na manhã de ontem, o presidente do PFL esteve com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que lhe reafirmou sua disposição de não aceitar a candidatura partidária à Presidência da República se não for aprovado o sistema presidencialista. Espera Maciel que o sistema de governo esteira definido até 28 de fevereiro do próximo ano, quando será realizada uma pesquisa entre todos os filiados — cerca de 1,5 milhão — para escolher o candidato do partido.

Indagado se estava procurando obter o apoio do empresário Antonio Ermirio, o presidente do PFL preferiu frisar que, mesmo havendo 2º escrutínio, deve-se procurar

Aureliano pede definições

Após três semanas no exterior — Estados Unidos e Europa — o ministro das Minas e Energia e presidente de Chaves, VFLU, Aureliano Chaves, voltou a Brasília muito preocupado com a "imagem desfavorável" do Brasil lá fora, principalmente pela indefinição do novo texto constitucional.

Ontem, durante seu encontro com o presidente do partido, senador Marco Maciel, o ministro recomendou que o partido suspenda suas movimentações sobre a sucessão de Sarney, para dedicar maior esforço possível na agilização dos trabalhos da Constituinte.

jo se consecrará as regras do jogo sucessório.

"Qual será o sistema de governo? Qual o tempo de mandato? Vai ou não prevalecer o princípio da maioria absoluta na eleição?" — são dúvidas que só a futura Constituição poderá esclarecer — comentou o presidente de honra do PFL. "Precisamos suspender esse banho-maria da sucessão e cuidar mais da Constituição" — observou.

Aureliano Chaves pretende conversar com Ulysses Guimarães inclusive para lhe manifestar apoio e solidariedade aos seus esforços para evitar o retardamento dos trabalhos da Constituinte.

O ministro está ciente de que coordenadores do grupo parlamentarista interpartidário pretendem procurá-lo, a fim de pedir seu apoio ao sistema de gabinete. Ele reafirmou que não será obstáculo ao parlamentarismo "mas também não dará um passo a seu favor".

Aureliano Chaves confirmou que só aceitaria examinar sua candidatura a presidente da República se a Constituinte adotar o presidencialismo como sistema de governo.

PFL contribui com livro

O Instituto Tancredo Neves — órgão de estudos políticos do PFL — lançou ontem à tarde, no Salão Nobre do Senado Federal, o livro "Seis Constituições: Uma Visão Comparada", que reúne palestras e debates realizados pelo Instituto e também pela Fundação Friedrich Nauman, este ano. São análises comparadas sobre as experiências constitucionais da Grã-Bretanha, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Portugal e França.

"Cabe ao presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, fazer o discurso de lançamento, quando destacou a oportunidade de se analisar textos constitucionais de outras nações, no momento em que o Brasil enfrenta os desafios da elaboração de sua Nova Carta.

O presidente do PFL assinalou que não é possível fazer um texto de circunstância e que é dever dos constituintes dar prioridade a questões institucionais, indissociáveis, como a forma do Estado, e forma de Governo e o sistema representativo, não esgotando os debates na opção parlamentarista versus presidencialismo. Para Maciel, sem a definição do modelo político não haverá estabilidade nem processo orgânico de desenvolvimento.

Compareceram ao lançamento os senadores Guilherme Palmeira (AL), Jorge Bornhausen (SC), Jaime Santana (MA), Carlos Chiarelli (RS) e o deputado Lúcio Alcântara (CE), que é o presidente do Instituto Tancredo Neves, todos do PFL.

Atendendo a convite do senador Marco Maciel, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, foi ao congresso especialmente para o lançamento da obra. Disse que não conhecia o teor, mas que o fato de se referir a assunto de maior atualidade, a Constituição já conferia grande importância ao livro.

Governador: atraso inviabiliza eleição

Aracaju O governador de Sergipe, Antonio Carlos Valadares, do PFL, disse ontem que o adiamento da votação do projeto de reforma do Regimento da Assembleia Nacional Constituinte terminará inviabilizando a realização de eleições no próximo ano e, portanto, favorecendo o presidente Sarney, que deseja um mandato de cinco anos.

Valadares acusou os constituintes de, muitas vezes, se prenderem a "miudezas" que atrapalham a vida do País e tornam confuso o quadro político. Entre esses pormenores ele citou a questão das eleições presidenciais no próximo

ano, observando que, em sua opinião, elas não serão convocadas.

Segundo ele, a decisão que marca a política brasileira hoje é a indefinição, que pode ser facilmente curada se o plenário da Constituinte decidir acelerar os trabalhos constitucionais e definir a duração do mandato do atual Presidente da República.

— Caso o plenário decida reduzir o mandato do presidente Sarney para quatro anos, o que não acredito, irei, as ruas em defesa da convocação de eleições gerais no próximo ano — prometeu.



Ulysses e o líder Ibsen Pinheiro entre dirigentes do Centrão: confiança em hoje haverá quorum

Ulysses acredita que fechará acordo hoje

Difícil de acreditar, mas a perspectiva apresentada ontem, pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, é de que conseguirá, finalmente, fechar um acordo para a mudança do texto constitucional, a partir do dia 4 de janeiro, a abertura de prazo para apresentação de emendas ao projeto de Constituição.

Após mais de duas horas de reunião, em seu gabinete, com os diversos líderes partidários e com representantes do Centrão, o deputado Ulysses Guimarães deixou sua sala, afirmando que "nunca esteve tão otimista quanto agora em relação ao entendimento". Esta foi também a opinião de praticamente todos os participantes do encontro, confiantes em que o acordo poderá ser obtido hoje, em nova reunião marcada pelo presidente da constituinte, às 11 horas, em seu gabinete.

O problema é que o otimismo de Ulysses Guimarães não convenceu, por exemplo, a opinião do deputado Roberto Cardoso

Alves, do Centrão. Ele afirma que não haverá acordo se os partidos de esquerda se unirem em esgarçar minoria em maioria.

Depois, se é real o argumento de que o Centrão interessa atrasar o quanto possível a promulgação do texto constitucional, de forma a inviabilizar as eleições presidenciais no ano que vem, não há porque acreditar em acordo hoje.

Mas Ulysses acredita, especialmente depois de ouvir o deputado Bonifácio de Andrada, que lhe prometeu fazer todo o esforço possível para a obtenção do entendimento, já que "não nos interessa atrasar a Constituição". Fôram também neste sentido as declarações de Gastone Righi e Amaral Netto ao presidente da Constituinte, que disseram, publicamente, acreditar na celebração do acordo.

Por isso, ele marcou uma nova sessão da Assembleia Nacional Constituinte para as 14h30 de hoje. Espera fechar o acordo na reunião das 11 horas, contando, para isso, com a boa vontade, tanto do Centrão, quanto dos partidos de esquerda,

que colocaram sua proposta na mesa.

Eles querem uma preferência automática por capítulo para cada partido, já que não teriam condições para recolher 280 assinaturas; e propõem, também, 12 destaques para os partidos com mais de 15 constituintes, e dois para os partidos com menos de 15 constituintes.

Os destaques para votação em separado parecem se constituir no "X" do problema, segundo o deputado Bonifácio de Andrada, em conversa com Ulysses Guimarães: os partidos de esquerda querem reduzir o quorum para pedido de destaque (atualmente fixado em 187 assinaturas) e aceitariam a redução para 112 assinaturas, mas falta a resposta do Centrão.

A preferência automática — uma preferência por capítulo para cada partido — é o outro ponto que impedia a celebração, ontem, de um entendimento. O Centrão pediu tempo para pensar, e reunirá seus integrantes na manhã de hoje, para, em seguida, dar uma

resposta a Ulysses Guimarães.

Os partidos de esquerda também se reunirão. Eles discutirão, entre si, até onde poderão ceder, dentro da própria proposta. De elasticidade dos dois grupos — o Centrão de um lado, os partidos de esquerda do outro — depende o sucesso das conversações promovidas por Ulysses Guimarães.

Se o acordo for fechado, a votação do projeto de Constituição, segundo cálculos do presidente da Constituinte, poderá começar no dia 21 de janeiro. O calendário ficaria assim: prazo para emendas, de 4 a 11 de

Janeiro; depois, mais cinco dias para o relator e três dias para destaques.

A votação, caso o entendimento seja obtido, se fará por votação simbólica, desde que se comprove a presença de 280 constituintes no Congresso. A presença em plenário só seria necessária, caso houvesse um pedido de verificação de quorum, o que se elimina com a realização do acordo.

Sem Centrão, regimento não passa

Quando o deputado centrista Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) interrompeu a sessão de ontem da Constituinte para pedir verificação de presença — baseado em um dos dispositivos do próprio Regimento Interno da Assembleia — já era visível a intenção do grupo de mais uma vez ficar ausente e inviabilizar a votação dos pedidos de destaque de emendas do substituto da Mesa. Pelos seus cálculos, na primeira meia hora de sessão o plenário não reuniu mais de 30 parlamentares, quando o mínimo exigido para se realizar uma sessão é de 56. As campanhas foram acionadas, o deputado Paulo Macariri (PMDB/SC), que fazia a chamada nominal, completo o quorum necessário, mas às 17h40m o presidente da sessão, senador Mauro Benevides, constatou que

não havia número na Casa para se efetivar a votação.

Ao repetirem a estratégia efetivada na última quinta-feira, os membros do Centrão ganharam mais um dia de críticas e adiamento para a sessão de hoje (14h30m) a votação final do substituto da Mesa que altera o Regimento Interno da Constituinte. Conseguiram também que a Assembleia realizasse um pinga-fogo de duas horas e meia, um dos mais longos do ano. Mais de 20 parlamentares se revezaram na tribuna para falar de assuntos diversificados, mas principalmente para acusar o Centrão de estar inviabilizando a realização de eleições presidenciais e municipais no próximo ano. Alguns centristas, como Del Bosco Amaral (PMDB/SP) e José Elias Murad (PTB/MG), insistiram que muitos parlamen-

tares que falam sobre o Centrão, não falam pelo grupo, mas sim em nome próprio.

"Onde está esta maioria agora, para questionar os trabalhos?", perguntou a tribuna o deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), ao culpar o Centrão pela paralisação da Constituinte desde meados de novembro. Para ele, os homens públicos e as instituições políticas estão submetidos a um desgaste desmedido. O mesmo acha outro gaúcho, deputado Adroaldo Streck (PDT), que mais uma vez manifestou sua desilusão pelo que vem acontecendo. "Se arrependimento 'matasse', chegou a dizer, 'eu seria um homem morto.' A proteção da votação final do substituto da Mesa foi classificada, ainda, de "estratégia direitista" pelo deputado Vicente Bogo (PMDB/RS), e a deputada Beth Azize

(PSB/AM) registrou sua preocupação por este processo, lembrando que "todos seremos acusados de protelar os trabalhos da Constituinte".

A greve dos funcionários da Telebrás e as demissões promovidas pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, foi assunto abordado por constituintes do PDT e do PC do B. Também a eleição do petista Manoel Pires para a prefeitura de Vila Velha foi debatida e a indicação majoritária do mosquito para o cargo foi vista pelo senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ) como um sinal de desprestígio da classe política nacional. "Estamos vivendo o momento mais grave da nossa história. Se os políticos não recuperarem seu prestígio não vão ser os militares que vão agir aqui para destituí-los, mas o próprio povo", advertiu.

Definidos os alvos de emendas

O Centrão quer alterar todo o título sobre a ordem econômica (VII) e o da ordem social (VIII) que envolvem a maioria dos temas considerados polêmicos em discussão na Constituinte. As de demais modificações que o grupo pretende fazer no projeto aprovado pela Comissão de Sistematização serão apresentadas através de emendas a capítulos ou artigos, como no caso das Disposições Transitórias. Os coordenadores do Centrão reúnem-se ainda esta semana para as deliberações finais acerca das propostas do grupo a serem defendidas em plenário.

Segundo o coordenador de emendas do Centrão, deputado José Lins (PFL/CE), se ficar definido o período de quatro a 11 de janeiro como o prazo para apresentação das novas emendas, o grupo iniciará nos próximos dias uma verdadeira corrida contra o tempo. E ele precisa reunir as 280 assinaturas necessárias à obtenção da preferência automática das suas propostas sobre o atual projeto, de acordo com o que prevê o novo regimento. O deputado acredita que o Centrão vai conseguir as preferências, pois o grupo está unido em torno dos princípios fundamentais da defesa da livre iniciativa.

AmCunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

Retaliação brasileira na visita de Shimon Peres

Os países subdesenvolvidos são os que mais clamam contra a interferência estrangeira em seus negócios, e são, paradoxalmente, os que mais querem interferir nas decisões dos países maiores.

Agora, vem ao Brasil o chanceler Shimon Peres, de Israel, e volta-se o Brasil ao fato das áreas ocupadas. Este assunto Israel já demonstrou bem, e exaustivamente, que será tratado, mas não resolvido como querem os palestinos.

E Israel tem sua posição. Não foram os israelenses os invasores. Eles se defenderam de invasões, e levaram os invasores estrangeiros até mais longe do que devia, para uns. Levando-os a mais longe, Israel passou a ocupar esses territórios, dos quais já devolveu boa parte, e retem como seu solo, uma parcela que os invasores não souberam ou não puderam preservar.

Para quem conhece as colinas do Golan, e mede sua valia estratégica, sabe que dali Israel não sairá enquanto puder, e tudo fará para conservá-las. Outro ponto (também de alto valor estratégico) é a parte do deserto que Israel não devolveu. Mas, acima de tudo, há a parte velha de Jerusalém, conquistada casa por casa, numa guerra da qual Israel não tem culpa. O país foi agredido, num dia sagrado para seu povo. Hoje, o feito da conquista de Jerusalém, chega a ser uma dívida superior, pela maneira como a cidade voltou às mãos de Israel. Aba Eban disse, uma vez, numa entrevista em Jerusalém, que qualquer país pode perder uma guerra, e dela se recuperar. Israel, se perder uma vez, desaparecerá do mapa. Por isso, só luta quando deve.

E o pior da história, é que o Brasil passou a adotar essa política no tempo da governança militar, quando os árabes tudo exigiam para continuar fornecendo o petróleo que usamos. Dessa forma, o Brasil atendeu a uma pressão, inclusive desafiando uma amizade e harmonia que vinham desde o nascimento do Estado de Israel.

Foi de mau agouro a intemperidade do chanceler Abreu Sodré falando sobre casos que não cabem ao Brasil, nem nosso País tem poder para essa retaliação.

História de Brasília

JAPONÊS — Foi nos poucos dias de construção do Catetinho, que César Prates assistiu a essa reunião. Israel Pinheiro presidia a Novacap, e convidou vários japoneses para visitar o futuro Distrito Federal. Eles vieram, passaram o dia com Bernardo Sayão, visitando vários lugares, principalmente a granja do Tamandua. Final de tarde, os japoneses voltaram para o Catetinho, e lá encontraram Israel disposto para novas conversas.

O assunto não demorou muito, e os japoneses foram taxativos: a terra é muito ruim, precisa muito tratamento para dar alguma coisa. Este foi o veredito.

Esperando a mão direita em todo o rosto, Israel não perdeu a iniciativa, e foi taxativo: "Se a terra fosse boa, eu não ia chamar japonês para colonizá-la".

A coisa mudou de rumo, e em poucos meses chegou a primeira leva de nipônicos para os primeiros trabalhos de agricultura no Distrito Federal.

Esperando pacote, Congresso faz extra

Com um plenário surpreendentemente cheio e a presença do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o presidente do Senado, senador Humberto Lucena, instalou às 19 horas de ontem o período de funcionamento extraordinário do Congresso. É a primeira vez, desde 64, que o Congresso se abriu para a votação de matéria desta iniciativa foi a preparação para a eventualidade de o Executivo baixar uma série de medidas fiscais através de decretos-lei durante o período de recesso legislativo.

custo de C\$ 110 mil a que cada parlamentar teria direito pela convocação extraordinária, Lucena disse que quer o funcionamento do Congresso durante o recesso "não acarretará qualquer encargo de natureza financeira para a União".

O presidente do Senado afirmou, ainda, que o Congresso, ao antecipar-se ao cumprimento do dever, "contribui decisivamente para tornar distante a possibilidade de uma desmobilização de novas medidas com o uso de decretos-lei cuja eliminação é um dos objetivos da Constituinte, em função da restauração da plenitude democrática, da qual estamos próximos".

No ato convocatório, lido pelo primeiro secretário, senador Jutahy Magalhães (PMDB/BA), as justificativas alegadas para a medida são apenas o acúmulo de matéria provocado pelo funcionamento da Constituinte, o grande número de mensagens referentes a decretos-lei ainda não lidos (128) e a possibilidade de "novas iniciativas" do Executivo.

No seu discurso, porém, Lucena afirmou que as sessões a serem convocadas "se concentrarão prioritariamente no exame das medidas que o Poder Executivo anuncia no campo tributário e daquelas que, ao longo do que seria o recesso parlamentar, ainda poderão ser encaminhadas pelo governo ou mesmo pelos parlamentares".

Já contando com a aprovação de seu projeto de decisão legislativo, que susta o pagamento da ajuda de

Na sessão de hoje do Senado não há nenhuma matéria polêmica em pauta. Vai ser lido o projeto de decisão de Lucena, para sustar o pagamento da ajuda de custo, que deve entrar em votação na sessão seguinte. O projeto então precisa ser aprovado pela Câmara, e só depois da aprovação nas duas casas é que o não pagamento da ajuda de custo será oficial.

Votação só no ano que vem

Apesar da convocação extraordinária do Congresso, seu presidente Humberto Lucena acha muito difícil que o pacote tributário do Governo venha a ser votado ainda este ano. Em entrevista ao programa Telemanhã, da TV Brasília, Lucena mostrou que o presidente Sarney não deverá liberar o pacote antes da sexta-feira. Isso significa que o decreto-lei contido nas novas medidas — que não deverão sair por projeto de lei — só chegaria ao Congresso na semana do Natal, quando será muito improvável haver quorum para qualquer decisão. Dessa forma, só no próximo ano, após o dia 4, é que o Congresso poderá aprovar o pacote. Lucena admitiu, em tese, a possibilidade de que possa haver rejeição, lembrando que para isso é preciso apenas maioria de votos.



Humberto Lucena



Brandão, Amaral e Lula: apesar das acusações mútuas, clima de cordialidade

Centrão aciona bombeiros e evita divisão interna

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro atribui as dificuldades para se chegar a um acordo que possibilite a Constituinte continuar seus trabalhos, aos radicais infiltrados no Centrão. Para o pedetista, os centristas podem ser divididos em três grupos: "os extremistas, os sarneyistas e os ingênuos".

Segundo Brandão, a direita quer um impasse que determine a volta ao autoritarismo, os correligionários do presidente Sarney planejam inviabilizar as elei-

ções em 88, e os "ingênuos" são aqueles que entraram no Centrão pensando apenas em mudar o Regimento para apresentar emendas.

Enquanto as esquerdas analisam a alquimia do Centrão, o grupo vive conflitos internos motivados por declarações mais radicais de Amaral Netto (PDS/RJ) e Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP). O deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL/BA), tido como de centro-direita, foi ontem ao encontro de Amaral Netto para tentar pedir-lhe pronunciamentos mais

comedidos daqui para frente.

Já o deputado Daso Coimbra, da comissão de mobilização do grupo, ouviu algumas semelhantes de Aroldo Oliveira (PFL/RJ) e Expedito Machado (PMDB/CE), quanto à imagem de direita que o grupo está passando.

O fato é que, a cada declaração exaltada de Amaral ou Cardoso Alves, os chamados "bombeiros" do grupo têm um trabalho extra de impedir que os centristas se dispersem.